



INTERVENÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL DA UGT

1º DE MAIO 2015

Amigos, Camaradas e Companheiros,

É com grande satisfação que constato a adesão dos homens e mulheres do mundo do trabalho, trabalhadores e trabalhadoras no activo, reformados e pensionistas, desempregados ou em busca do seu ingresso no mercado de trabalho, jovens e menos jovens, do sector público e empresarial do Estado e do privado, TODOS JUNTOS aqui, nesta Invicta e orgulhosa cidade do Porto, pela primeira vez em âmbito nacional, a UGT comemorar o 1º de MAIO, dia do Trabalhador, jornada de luta e de festa, de patriotismo e de apelo ao respeito e consideração por todos quantos labutam, diariamente, pelo pão que alimenta as suas famílias e permite viver uma vida digna, à custa do seu empenho em conquistar e garantir o seu sustento, com honra, profissionalismo e dedicação.

A UGT é uma confederação de sindicatos – todos o sabemos.

O seu acto fundador foi ele próprio um grito de insubmissão, contra a imposição de uma pretensa unidade sindical que esmagava e tentava controlar e impor a recém-conquistada liberdade.

Nunca nos vergámos ao peso da nossa aposta no compromisso e na busca de consensos, no sindicalismo que propõe soluções e apresenta contributos para a vida dos portugueses e para o país.

Hoje, que tanto se fala de consensos necessários à estabilidade governativa e à paz social, de busca de compromissos em matérias estratégicas do interesse de Portugal, podemos reafirmar o que vimos dizendo e praticando há muito tempo – a UGT é ela própria um exemplo e um factor que elegeu o compromisso e a busca incessante de consensos como a sua base essencial de apoio para existir e resistir.

Não fosse a nossa postura, tão criticada por todos quantos preferem a agitação e o protesto constante como forma de intervenção sindical, e não teria havido acordo para o aumento do salário mínimo nacional em Setembro de 2014. A essas críticas não se juntaram aqueles que viram o seu rendimento disponível aumentado no fim de cada mês. Porque esses vivem do seu salário e do seu

trabalho. Não vivem para o frenesim mediático, nem pretendem mais do que viver com dignidade.

Sabemos que foi um aumento salarial de apenas 20 euros.

Mas foi um sinal importante, resultado de negociações difíceis e aturadas com os parceiros sociais com assento na concertação social e com o Governo.

E em Setembro deste ano voltaremos a propor a actualização do SMN, com efeitos a Janeiro de 2016.

Não podem ser só os trabalhadores a pagar a crise.

Não foram os trabalhadores que a despoletaram.

Foi a ganância de alguns que abalou as sociedades democráticas e destruiu as expectativas de milhões. Foi o capitalismo selvagem e as *offshore*, que teimosamente resistem e sobrevivem, sem que o poder político tenha a coragem de afrontar os seus lucrativos actores. Foi a ambição desmedida e a aposta na maximização do lucro que destruiu o BPN e o BES, sem acautelar que nessas Instituições existem trabalhadores, milhares de trabalhadores que dedicam a sua existência a servir os seus empregadores e accionistas, muito para além do que está consagrado nos vários instrumentos de contratação colectiva, esmagando horários, abdicando da família, sofrendo vicissitudes e ofensas diárias, porque são esses trabalhadores e trabalhadoras que dão a cara, todos os dias, perante os clientes, enganados e desiludidos pelo enorme embuste que se criou com a venda de produtos que, só por ostentarem as insígnias de determinadas Instituições, eram sinal bastante de garantia e confiança.

A mesma desilusão e desconfiança que os portugueses hoje depositam nas Instituições democráticas e no Poder Político, que se deixou manietar e instrumentalizar pelo poder económico e financeiro, que o povo não elegeu, não conhece, não contacta e não confia.

São os mangas de alpaca das Instituições financeiras internacionais, como o FMI, o BCE ou o Banco Mundial, ou os tecnocratas da Comissão Europeia, que vêm dar ordens, fazer ameaças aos incumpridores, gerir os destinos dos países e castigar os povos, cujos Governos não estiveram à altura das suas responsabilidades.

É tempo de os cidadãos eleitores portugueses e europeus rejeitarem, perante a classe política, tais comportamentos e atitudes que minam a confiança dos povos europeus nos regimes democráticos e os atirem para os braços da

demagogia e do populismo, que depois de chegar ao Poder, acabam por se render à evidência de que as suas promessas não podem ser cumpridas.

É por isso fundamental que se fale verdade aos cidadãos.

Que não se prometa aquilo que se não pode cumprir.

A palavra dada é uma questão de honra e integridade. De carácter e de garantia pessoal. E enquanto os políticos não compreenderem isto, nunca mais reganharão a confiança dos povos, já que a única coisa que querem quando votam, é ter uma vida melhor.

É preciso acreditar que isto vai mudar.

É preciso acreditar que Portugal tem futuro.

Que os nossos jovens que emigraram vão regressar ao nosso País e ao convívio com os seus, de onde nunca deveriam ter saído, a não ser por uma vontade estritamente pessoal, e nunca a convite ou sugestão do poder político, ou por sentirem que o seu país não lhes proporciona oportunidade de futuro estável.

Que as famílias e o País que neles tanto investiram vão ver o seu investimento florescer, junto de si e no seu País.

É preciso acreditar que os que trabalharam uma vida inteira terão a merecida dignidade e serenidade nos tempos que lhes restam de vida. Sem os sobressaltos dos cortes nas pensões, nos complementos de reforma, que são tão essenciais à sua subsistência, como ao apoio aos seus filhos e netos desempregados.

Sim, é preciso acreditar que haverá uma oportunidade de ingresso no mercado de trabalho para as centenas de milhares de desempregados que estão inscritos nos centros de emprego, muitos deles há mais de um ou dois anos. Não esqueçamos que há milhares que desistiram de procurar emprego, ou que deixaram simplesmente de estar inscritos.

Para isso é preciso criar as condições necessárias ao investimento, público ou privado, na reabilitação urbana ou nas obras públicas que ainda vão surgindo, ou na iniciativa de industrialização que tão necessária é para o país e para a criação de emprego digno.

Sem confiança, não haverá retoma económica, nem empregos decentes, não precários e com dignidade e estabilidade.

A UGT não quer precariedade laboral e rejeita quaisquer alterações à legislação que abra a porta a uma maior flexibilização nos despedimentos.

Depois de quatro anos de grandes e incontáveis sacrifícios, o que os trabalhadores precisam é de uma negociação colectiva dinâmica, que lhes dê garantias de estabilidade de direitos, porque deveres já os têm, muito para além do que a decência das relações de trabalho impõe.

Os cortes salariais dos funcionários públicos e do sector empresarial do Estado são um retrocesso no acervo de direitos que a negociação colectiva livremente celebrou ao longo de décadas. A reposição salarial integral dos salários dos funcionários públicos é mais do que urgente. É um acto de pura justiça.

E não basta a reposição salarial. É preciso cumprir e fazer cumprir os acordos de redução de horários, das 40 para as 35 horas, celebrados com a Administração Local. Registámos que ontem mesmo, o SINTAP assinou a primeira implementação do ACEEP com a Câmara Municipal de Sintra a favor dos trabalhadores daquele município. Levou tempo mas valeu a pena. E é isso que queremos ver replicado em todos os municípios, onde o SINTAP assinou idênticos acordos e o Governo não os publicou. Mas exigimos que os coloque em prática para que as 35 horas sejam uma realidade.

É preciso dar condições de trabalho a muitos sectores da Administração Pública, cujos poucos recursos foram ainda mais reduzidos segundo critérios economicistas – veja-se o caso da Autoridade para as Condições de Trabalho, cujos poucos meios humanos e materiais os impedem de executar o seu trabalho com eficiência, pondo em risco a segurança e as condições de trabalho de todos os trabalhadores, apesar da sua dedicação e empenho.

Assim como a reposição, mesmo que parcial, dos complementos de reforma dos ex-trabalhadores do Metro ou da Carris, sempre de acordo com um processo negocial a desenvolver com os representantes desses milhares de homens e mulheres, que agarraram uma oportunidade que lhes foi dada pelas respectivas Administrações.

Não vimos até agora qualquer gestor público incumpridor ser penalizado ou sancionado pela sua má gestão, ou por actos que tenham danosamente prejudicado os trabalhadores, através de contratos legalmente celebrados.

É preciso acreditar que a carga fiscal vai diminuir.

Depois de um colossal aumento de impostos, os portugueses merecem ver atenuados os seus sacrifícios. E se a tal mitigação não vai corresponder uma colossal redução de impostos, pelo menos importa reivindicar a reintrodução dos dois escalões do IRS e a eliminação da sobretaxa, imposto injusto e cego, que permitam à classe média sobreviver e respirar com algum alívio.

E a UGT não desiste de reivindicar a reposição do IVA da restauração e bebidas para os 13%.

Não é uma birra, nem uma teimosia. Teimosia é daqueles que continuam a fazer o seu caminho, quase de forma impávida e serena, ignorando a destruição de empregos que tal alteração produziu neste sector, para além das falências que provocou em milhares de micro e pequenas empresas. Se o sector do turismo teve o seu melhor ano de sempre em 2014, e se prepara para repetir a dose em 2015, importa dar às empresas e empresários deste sector nevrálgico da economia nacional o necessário empurrão para alavancar e consolidar os seus resultados. Em nome do crescimento e do emprego.

A eliminação da Contribuição Extraordinária de Solidariedade, a revisão em baixa do IMI, o fim das privatizações a todo o custo, contra a vontade de trabalhadores, de autarquias e do principal partido da oposição, e até contra o interesse nacional, são reivindicações que a UGT reafirma neste dia 1º de Maio de 2015.

A UGT, os seus sindicatos e os portugueses defendem e exigem a manutenção e melhoria do Estado Social.

A Educação para todos, a escola pública, o conhecimento e a cultura são pilares fundamentais para o desenvolvimento harmonioso e sustentável de um povo. O Estado não se pode demitir da sua responsabilidade em promover a coesão social, não entregando ao sector privado funções que são e devem continuar a ser suas.

O Serviço Nacional de Saúde é uma conquista de Abril, onde todos devem ter acesso em condições de equidade. A sua defesa e preservação merecem um continuado investimento do Estado, constituindo-se como um dos seus principais pilares sociais, garantindo um acesso a todos, de forma universal e justa.

A Segurança Social pública merece uma profunda reflexão face ao difícil quadro económico e social do país. A serenidade deve presidir à discussão sobre a sua sustentabilidade futura, fora do ruído das campanhas eleitorais, mas envolvendo os partidos políticos e os parceiros sociais.

Relembramos que a última reforma foi feita com envolvimento de todos estes actores e a UGT teve um papel relevante na obtenção da solução definitiva.

A Segurança Social é dos trabalhadores.

Cabe aqui uma palavra quanto ao papel determinante da Segurança Social no combate à pobreza e à exclusão, que constituem o aprofundamento das

desigualdades, agravadas nos últimos anos devido às políticas de austeridade e empobrecimento.

O poder político não pode alhear-se dos mais de dois milhões de cidadãos que estão no limiar da pobreza e da dignidade humana, abrangendo todos de forma injusta, designadamente as crianças e até os trabalhadores no activo.

Caras e Caros Amigos,

Neste Primeiro de Maio, quero dizer-vos que é com redobrada esperança que olho para o futuro.

Somos um país tão antigo, com cerca de 900 anos de história e de uma imensa portugalidade. Foi aqui que nascemos e onde nos começámos por mostrar ao mundo.

Foi no Porto e no Norte de Portugal que vivenciámos alguns dos momentos mais marcantes da nossa História.

Foi daqui que se fez a partida para o combate e o afastamento do absolutismo no século XIX.

É aqui que reside e vive uma população forjada no trabalho, na dureza das condições de vida, na resistência à opressão e ao invasor. Por isso lhe chamam a Invicta.

É aqui no Porto que vos saúdo a todos e aos portugueses em geral.

Dizendo-vos que há caminho para desbravar, mas que a UGT e os seus sindicatos não desistirão de procurar dar contributos para as soluções que Portugal precisa.

Como ontem o fizemos aos partidos políticos, entregando o nosso Guião para a legislatura, aprovado pelo Secretariado Nacional dia 29 de Abril por unanimidade e aclamação.

É assim que somos.

E é assim que iremos continuar.

Em diálogo e em concertação.

Porque os portugueses precisam de nós, de uma UGT forte e coesa, de um sindicalismo presente e de proximidade.

Porque PORTUGAL precisa de nós. Precisa de sindicalistas que não se verguem.

Que não tenham medo, porque são a voz dos que não têm voz.

E não nos resignaremos.

Porque PORTUGAL MERECE.

VIVA O 1º DE MAIO

VIVA PORTUGAL.